

Gustavo da Gama Vital de Oliveira

DIREITO
TRIBUTÁRIO
E **DIÁLOGO**
CONSTITUCIONAL

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1176458

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

OL48d

Oliveira, Gustavo da Gama Vital de
Direito tributário e diálogo constitucional / Gustavo da Gama Vital de
Oliveira. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
272 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 225-259.

ISBN 978-65-5510-004-4

1. Direito tributário. 2. Controle de constitucionalidade. 3. Emenda
constitucional. 4. Direito constitucional. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 1 |
| A questão terminológica | 6 |
| 1. A Correção Legislativa da Jurisprudência no Cenário do Direito Constitucional Contemporâneo | 9 |
| 1.1 Separação de Poderes, ascensão do Judiciário e dos precedentes judiciais | 9 |
| 1.2 A Correção Legislativa da Jurisprudência na história constitucional dos Estados Unidos da América | 14 |
| 1.2.1 A Décima Primeira Emenda: reação ao precedente <i>Chisholm vs. Georgia</i> | 14 |
| 1.2.2 A Décima Quarta Emenda: reação ao precedente <i>Dred Scott vs. Sandford</i> | 17 |
| 1.2.3 A Décima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Pollock vs. Farmers' Loan & Trust Co.</i> | 18 |
| 1.2.4 A Vigésima Sexta Emenda: reação ao precedente <i>Oregon vs. Mitchell</i> | 19 |
| 1.3 Correção Legislativa da Jurisprudência e supremacia judicial no direito norte-americano | 20 |
| 1.3.1 <i>Texas vs. Johnson, Flag Protection Act</i> e <i>United States vs. Eichman</i> | 21 |
| 1.3.2 <i>Employment Division, Department of Human Resources</i> of <i>Oregon vs. Smith, Religious Freedom Restoration</i> Act e <i>City of Boerne vs. Flores</i> | 22 |
| 1.3.3 <i>Miranda vs. Arizona</i> e <i>Dickerson vs. United States</i> | 25 |
| 1.3.4 A supremacia judicial na doutrina norte-americana..... | 26 |
| 1.3.4.1 Críticas de ordem democrática à supremacia judicial..... | 35 |
| 1.3.4.2 Críticas de ordem institucional à supremacia judicial | 49 |
| 1.4 A teoria do diálogo constitucional..... | 51 |

| | |
|---|-----|
| 1.4.1 A teoria do diálogo constitucional no direito canadense..... | 51 |
| 1.4.2 A teoria do diálogo constitucional no direito norte-americano.... | 55 |
| 1.5 Correção Legislativa da Jurisprudência e Supremacia Judicial no Direito Constitucional Brasileiro | 63 |
| 1.5.1 Supremacia judicial e diálogo constitucional podem conviver no sistema constitucional brasileiro?..... | 77 |
| 1.5.2 Diálogo constitucional: novo nome para ideias antigas?..... | 104 |
| 2. Aspectos Gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência | 107 |
| 2.1 Funções da Correção Legislativa da Jurisprudência no Estado Democrático de Direito..... | 107 |
| 2.2 Aportes da doutrina norte-americana sobre a correção legislativa da jurisprudência | 113 |
| 2.3 A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Brasileiro..... | 136 |
| 2.4 Limites da Correção Legislativa da Jurisprudência | 152 |
| 2.4.1 Limites formais | 152 |
| 2.4.2 Limites materiais | 159 |
| 3. A Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro | 165 |
| 3.1 Aspectos históricos..... | 165 |
| 3.1.1 A Emenda Passos Porto (EC no 23/1983)..... | 167 |
| 3.2 Aspectos gerais da Correção Legislativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro..... | 169 |
| 3.3 Hipóteses de Correções Legislativas da Jurisprudência no Direito Constitucional Tributário Brasileiro..... | 201 |
| 3.3.1 A EC no 20/1998 e o art. 195, inc. I da CRFB/1988 | 201 |
| 3.3.2 A EC no 29/2000 e a progressividade fiscal do IPTU | 204 |
| 3.3.3 A EC no 33/2001 e o ICMS na importação por pessoa física | 208 |

| | |
|--|-----|
| 3.3.4 A EC no 39/2002 e a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública..... | 215 |
| Conclusão ... Proposições Objetivas..... | 219 |
| Referências | 225 |